

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SOUZA, João Batista Sales. João Batista Sales Souza (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 55min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**João Batista Sales Souza
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Maria de Castro Gomes;

Levantamento de dados: Angela Maria de Castro Gomes; Elina da Fonte Pessanha; Regina de Moraes Morel;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Angela Maria de Castro Gomes; Elina da Fonte Pessanha; Regina de Moraes Morel;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Salvador - BA - Brasil;

Data: 25/11/2005

Duração: 1h 55min

Fita cassete: 2; Minidisc: 1;

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "História do direito e da justiça do trabalho", parte integrante do projeto Pronex "Direitos e cidadania", desenvolvido pelo CPDOC com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), no período de 2004 a 2006. A escolha do entrevistado se justificou por sua atuação como Juiz do Trabalho.

Temas: Banco do Nordeste do Brasil; Direito; Direito civil; Ensino superior; Fernando Collor de Mello; Governo Fernando Collor (1990-1992); Justiça do trabalho; Magistratura; Mão de obra; Ministério do Planejamento; Poder executivo; Poder legislativo; Pós - graduação; Universidade Federal da Bahia;

Sumário

Entrevista: 25.11.2005 Fita 01-A: Data e local de nascimento; nome e profissão dos pais; a vida estudantil em São Paulo e em Cícero Dantas (BA); o estágio no Banco do Nordeste; a participação no Curso de Habilitação Bancária em Salvador (1984); o trabalho no banco do Nordeste em Cícero Dantas; a aprovação nos vestibulares prestados para os cursos de Direito (UFBA) e Economia (Universidade Católica de Salvador) em 1987; as motivações que o levaram, inicialmente, a escolher o curso de Economia; a mudança para o curso de Direito (1991); avaliação acerca do curso de Direito da UFBA (1991/1995); a influência do professor Rodrigues Pinto para a carreira de magistrado trabalhista; a atuação na militância sindical dos bancários; a mudança na administração do Banco do Nordeste, com a eleição de Fernando Collor de Melo, e as conseqüências de tal fato para os bancários e militantes sindicais; menção acerca da saída do Banco do Nordeste em 1997.....p.1-15.

Fita 01-B: As conseqüências da lógica neoliberal para os sindicatos dos bancários; a aprovação no concurso para servidor da Justiça do Trabalho (1997); menção à prestação de vários concursos para juiz do trabalho no período de 1997 a 2001; avaliação acerca do curso da Escola de Magistratura do Trabalho e de sua importância para a aprovação no concurso para juiz em 2002; a pós-graduação *latu sensu* em Direito Civil pela UFBA; a contribuição da experiência sindical e das vivências da relação de trabalho para a carreira de juiz; menção acerca do trabalho como servidor na administração do TRT 5ª Região; a atuação como advogado da União, na Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento (2001/2002); as dificuldades do concurso para juiz do trabalho; a deficiência do ensino nas universidades federais; breve explicação sobre a hierarquia no interior da Justiça do Trabalho; a experiência como juiz substituto; o destaque a algumas questões trabalhistas enfrentadas; a ocorrência de trabalho análogo ao escravo em regiões da Bahia..... p.15-27.

Fita 02-A: Esclarecimentos acerca dos prazos de prescrição relativos às reclamações dos trabalhadores rurais; a visão da Justiça do Trabalho como a "justiça dos desempregados"; tentativas, por parte do Executivo e Legislativo brasileiros, de tomar medidas a fim de aumentar a estabilidade de emprego; opinião acerca do aumento de competência da Justiça do Trabalho; comentários sobre a manutenção/extinção do poder normativo na Justiça do Trabalho; motivações para a criação do Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios (2002).....p.1-14.

Fita 02-B: Esclarecimentos quanto ao significado de precatório e ao funcionamento do sistema de precatórios no Brasil; a atuação do Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios no que se refere ao problema dos precatórios na Bahia; a experiência como juiz auxiliar, desde outubro de 2004; um balanço dos casos de precatórios resolvidos desde a criação do Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios, em 2002; a forma como são feitas as conciliações no Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios; considerações finais.....p.14-25.

Entrevista: 25.11.2005

A.C – Hoje é dia 25 de novembro de 2005, eu, Ângela de Castro Gomes estou no Tribunal Regional do Trabalho em Salvador, Bahia, para entrevistar o dr. João Batista no conjunto de entrevistas que integra o projeto Pronex “História do Direito e da Justiça do Trabalho no Brasil”. Queria começar doutor, agradecendo a sua disponibilidade de nos conceder essa entrevista e pedindo ao senhor que nos diga o seu nome completo, data e local de nascimento, por favor.

J.S – Meu nome é João Batista Sales Souza, nasci na cidade de Cícero Dantas, região nordeste do estado da Bahia, em seis de outubro de 1966.

A.C – Doutor, o nome dos seus pais.

J.S – Minha mãe se chama Ítala Sales Souza e o meu pai Antonio Virgílio Souza.

A.C – A profissão do seu pai, doutor.

J.S – Comerciante.

A.C – Comerciante. E sua mãe?

J.S – Doméstica, trabalha em casa.

A.C – Dona de casa, não é.

J.S – Dona de casa.

A.C – Dr. João Batista, o senhor nasceu em Cícero Dantas, o senhor começa a fazer os seus estudos nessa cidade de Cícero Dantas, vem logo para Salvador, como é que é esse deslocamento?

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

A.C – Pronto, doutor?

J.S – Bem, nossa família, quando eu tinha por volta de cinco anos, mudou-se para São Paulo.

A.C – São Paulo.

J.S – Aonde moramos por seis anos. O deslocamento se deveu em razão de problemas econômicos na família. Meu pai era comerciante, faliu e graças à ajuda um tio que morava em São Paulo, fomos para lá onde ele inicialmente trabalhou com esse tio, que era proprietário de uma pequena mercearia, e depois trabalhou como vendedor no comércio no centro de São Paulo. Já quando iniciava a minha adolescência meu pai, depois de conseguir fazer um pequeno pé de meia, resolveu retornar para a Bahia.

A.C – Para salvador.

J.S – Não para Salvador, para Cícero Dantas.

A.C – Ah, para Cícero Dantas.

J.S – Onde iniciou um novo comércio, agora junto com um outro tio que residia em Cícero Dantas, comércio esse do qual ele vive até hoje. Então, a partir dos 12 anos, quando eu cursava salvo engano a 5ª série do primeiro grau, retornei para Cícero Dantas, onde concluí o primeiro grau e fiz até o segundo ano do curso profissionalizante em Ciências Contábeis. Nessa época fui escolhido em uma seleção feita pelo Banco do Nordeste no colégio, fui escolhido para estagiar no banco. Então, com 16 anos comecei a trabalhar no Banco do Nordeste como estagiário.

A.C – Em Cícero Dantas mesmo, não é.

J.S – Em Cícero Dantas mesmo. Passei um ano trabalhando como estagiário e aos 17 anos fui escolhido pelo banco, em uma seleção interna que ele fazia em todas as suas agências, para participar de um curso de habilitação bancária, chamado de CHB. Era um curso em que o Banco do Nordeste, que é um banco oficial, um banco do governo federal voltado para o desenvolvimento do nordeste, escolhia 30 jovens que cursassem o curso médio de contabilidade, e aqui esses estudantes terminariam o seu curso de contabilidade, ao mesmo tempo pela manhã trabalhariam no banco e pela tarde fariam um curso específico de área bancária. O objetivo do banco com esse curso, segundo ele, era treinar mão-de-obra porque havia uma carência de mão-de-obra qualificada nas agências no interior. De maneira que ao concluir esse curso, aos 17 anos, eu tenha tido de voltar para a minha cidade para trabalhar na agência da qual eu havia saído.

A.C – Quer dizer que o senhor fica um ano, então, em Salvador, fazendo isso.

J.S – É, em 1984, fazendo esse tal de Curso de Habilitação Bancária.

A.C – Era a primeira vez que o senhor tinha vindo a Salvador.

J.S – É, primeira vez.

A.C – Foi bom, não é doutor.

J.S – Foi bom. Lembro que foi um drama porque eu tinha 16 anos, nunca tinha na realidade ficado longe da família por um período maior de tempo, minha mãe chorava muito quando se despediu de mim na rodoviária. Mas foi uma grande experiência de vida e profissional também, embora houvesse seu lado negativo. Afinal de contas não tínhamos tempo para nada porque era manhã, tarde e noite...

A.C – Estudando e trabalhando o tempo todo, não é.

J.S - Estudando e trabalhando o tempo todo. Sem contar o controle absoluto que o banco tinha sob nossas vidas, porque morávamos em uma república administrada por uma pessoa do banco, ou seja... [Riso]

A.C – Era uma instituição total como a gente chama, não é.

J.S – Total, exato. Total e totalitária, porque nossa vida era totalmente controlada pelo Banco do Nordeste nesse período. E interessante, apenas fazendo uma digressão, que nossa turma foi, dessas turmas, foi a primeira cujo curso de habilitação bancária durou apenas um ano, porque antes durava dois anos e meio, e o banco trazia para fazer esse curso adolescentes na faixa dos 15 anos. Ou seja, nós dizíamos, era uma verdadeira lavagem cerebral bancária. As pessoas saíam não era vestidos com a camiseta do banco não, era com o banco no coração.

A.C – É, porque eram muito jovens e ficavam mais tempo ainda.

J.S – Muito jovens, mais tempo, e o banco também, na época, pagava muito bem. Então era uma relação tremenda entre o jovem CHbista e o Banco do Nordeste.

A.C – E o banco, não é. O senhor volta para Cícero Dantas para trabalhar no banco, não é.

J.S - Volto para Cícero Dantas para trabalhar no banco. Nessa época, como havia acabado de concluir o meu curso médio, eu também já havia tentado vestibular. Havia passado para, meu primeiro vestibular foi para Ciências Sociais. Fui aprovado na universidade federal, mas por força das circunstâncias, ou seja, como o banco havia me dado curso de habilitação bancária no pressuposto de que eu retornaria para Cícero Dantas para passar ao menos cinco anos, eu não pude fazer o curso, eu tive que retornar. Fiz também nesse mesmo ano vestibular para Ciência Contábeis na Católica, na Católica não, na Fundação Visconde de Cairu, fui aprovado, mas também o banco não me liberou. Esse período eu fiquei em Cícero Dantas estudando ainda para o vestibular, agora o vestibular de Direito e de Economia, que...

A.C – O senhor aí ficou interessado nessas duas áreas, não é.

J.S – Interessado nessas duas áreas, Direito e Economia. E fiquei também dando aulas no colégio, além de trabalhar no banco dava aulas no Colégio Cícero Dantas, um colégio particular que havia na cidade. Fiquei nessa situação por cerca de um ano e alguns meses, mas quando em 87 fui aprovado, no início de 87 fui aprovado nos vestibulares de Direito na federal e em Economia na Católica, eu tomei a decisão de pedir ao banco, já que o banco não me transferia, uma licença sem remuneração. E vim para Salvador nessas circunstâncias, sem remuneração, gastando os poucos recursos que havia economizado nesse ano e meio mais ou menos em que havia ficado em Cícero Dantas.

A.C – Aí o senhor vem e vem para fazer Direito.

J.S – Não, iniciei fazendo o curso de Direito e Economia. Como eu estava sem trabalhar, eu disse: “Eu vou começar a fazer os dois cursos, ver aquele com o qual eu mais simpatizo para depois escolher”. Aí fiz um primeiro semestre de Direito e de Economia, foi quando o Banco do Nordeste me convidou novamente para, havia uma vaga aqui na cidade de Simões Filho, que é vizinha à Salvador, para que eu retornasse ao trabalho. Ao voltar ao trabalho eu tive que optar entre um dos dois campos de estudo, ou Direito ou Economia. Preferi, na época, por uma questão de, realmente minha pretensão na época era fazer carreira no Banco do Nordeste, eu simpatizava muito, digamos assim, com a causa do Banco do Nordeste, que era o desenvolvimento regional. Tinha também um certo interesse acadêmico, o Banco do Nordeste mantém até hoje em Fortaleza um centro de estudos chamado ETENE, Escritório Técnico de Estudos do Nordeste, que é um centro de excelência na área de economia regional. E eu imaginava fazer carreira no banco e paralelamente uma carreira acadêmica, vinculada a esse escritório. Por isso eu fiz o curso, optei pelo curso de Economia.

A.C – Olha! E eu imaginei que o senhor tivesse ido logo para o Direito. Não, o senhor optou pela Economia.

J.S – Não, pela Economia. Aí fiz o curso de Economia na Católica, não cheguei a me diplomar porque quando estava no último semestre ocorreu um fato no Brasil que veio

mudar completamente a minha perspectiva em relação ao Banco do Nordeste, que foi a eleição de Collor de Mello. Ou seja...

A.C – 89 então, não é. Mais ou menos.

J.S – Foi, foi 89. Com a eleição de Collor de Mello eu verifiquei, e as primeiras medidas tomadas pelo governo no que diz respeito ao Banco do Nordeste, eu verifiquei que aquele projeto de banco de desenvolvimento estava naufragando, ou seja, a perspectiva era até mesmo da privatização ou extinção do banco. Então, aquilo como projeto de vida ou como carreira já não me convinha. De maneira que eu tomei a decisão de fazer Direito. Eu sabia que fora do banco para mim a carreira como economista seria muito difícil, ainda mais que eu tive algumas dificuldades com o curso de Economia na Universidade Católica, principalmente na parte que diz respeito à matemática. Isso provavelmente devido a, como fiz todos os meus estudos em colégio público, minha base de conhecimentos em matemática era muito pequena para o curso de Economia, de maneira que eu sofria muito para passar nas provas, nas provas que envolviam cálculo matemático. Principalmente porque também, na Católica, eles priorizam a micro economia em detrimento da macro economia. Há universidade em que o curso de Economia exige muito pouco matemática, mas não era o caso da Católica, em que matemática realmente era muito puxado. E aí eu, como eu havia me atrasado um pouco no curso, eu não consegui concluir. Aí no último semestre, praticamente no último semestre, quando havia surgido a oportunidade de fazer um curso de Direito noturno, que também era bastante compatível com minha atividade no banco, eu fiz novo vestibular na universidade federal, fui aprovado e deixei o curso de Economia, passei a fazer o curso de Direito.

A.C – Olha que foi uma atitude corajosa, porque já no finzinho da Economia o senhor deixa e faz novo vestibular para recomeçar o curso universitário.

J.S – Recomeçar, é.

A.C – O senhor falou agora no fim do banco, que dizer, o senhor então, nesse momento, o senhor já estava trabalhando aqui em Salvador, não é.

J.S – Ah sim, como eu disse, logo depois que vim para Salvador, cerca de seis meses depois, o banco me convocou para trabalhar. O que foi minha salvação, porque naquele momento minhas economias já estavam terminando, ou seja, eu estava em uma situação muito difícil aqui na época, e meus pais também não tinham condições de me manter aqui.

A.C – Certo. Aí o senhor faz o curso de Direito, o senhor entra quando doutor, então, 90, 91...

J.S – Foi em 91.

A.C - 1991.

J.S – Primeiro semestre de 91 eu entro pela segunda vez no curso de Direito da universidade federal e concluo em 95/2.

A.C – 1995. E como é que foi o seu curso de Direito, dr. João Batista, na sua avaliação, sobretudo com essa experiência que o senhor tem hoje, naturalmente, não é.

J.S – Bem, eu diria que o curso de Direito não foi dos melhores, inclusive em virtude da minha disponibilidade de tempo. Realmente, fazer um curso universitário trabalhando em banco, com uma carga horária como a que eu tinha, boa parte desse período eu trabalhei com carga horária de oito horas no banco, então, era uma verdadeira façanha conseguir acompanhar as aulas. Lembro, inclusive, que eu tenho pouquíssimos amigos da época de universidade, colegas de escola, porque realmente não havia tempo. Eu geralmente chegava na faculdade depois que a primeira aula havia começado e saía antes da última terminar, para poder conciliar as aulas com...

A.C – Com o trabalho.

J.S – Com o trabalho.

A.C – E professores, doutor, teve algum, assim, que chamou mais a atenção, que foi importante...

J.S – Bem, eu diria que na minha formação, e talvez até na minha opção pelo Direito do Trabalho, eu tenha tido a influência do professor Rodrigues Pinto, que sem dúvida, é um professor de Direito do Trabalho, que sem dúvida era o melhor, ao lado da professora Marília Murici, eram os dois melhores professores da universidade. Devo dizer também que a universidade, naquela época, contava com muitos professores que faziam eu diria que da universidade um bico. Ou seja, não tinham maiores compromissos, nós tínhamos também, era muito comum termos aulas vagas e boa parte das aulas, na verdade, não tinham maior proveito, em virtude desse pouco compromisso dos professores. No âmbito desse universo de professores da faculdade de Direito na minha época, eu destaco como efetivamente professores comprometidos com o ensino os professores Rodrigues Pinto e a professora Marília Murici. E como professor, o Rodrigues Pinto era professor de Direito do Trabalho, eu senti já naquele momento, talvez até em virtude da maior atenção que dr. Rodrigues Pinto tinha com os alunos, uma maior propensão ao estudo de Direito do Trabalho. Agora, há também outros fatos paralelos que me conduzem a essa escolha pelo Direito do Trabalho, que é o fato de que eu tive, primeiro, desde de a minha época de adolescente quando integrei o grupo de jovens paroquial, da Igreja Católica de Cícero Dantas, passei a ter uma grande afinidade com as questões sociais. E inclusive cogitei na época até mesmo de vir a ser padre, era muito, era um leitor voraz dos livros de, ou de Teologia da Libertação, que diziam respeito aos temas sociais pelo ângulo visto pela igreja. Depois, quando chego a Salvador também, e volto a trabalhar no banco, logo me integrei a militância sindical onde nos 14 anos que trabalhei, nos quase 14 anos que trabalhei no banco, sempre fui ou delegado sindical na minha agência, ou em um determinado período, diretor do sindicato, por três anos eu fui também diretor do Departamento Jurídico do Sindicato. Inclusive na parte de...

A.C – O senhor foi diretor do Sindicato dos Bancários, doutor?

J.S – Dos bancários da Bahia.

A.C – Da Bahia.

J.S – Da Bahia.

A.C – Mais de uma vez?

J.S – Não, uma única vez, um mandato de três anos.

A.C – Foi quando isso, doutor?

J.S – Isso foi de 93 a 90... Ou melhor, de 92 a 95.

A.C – 92 a 95. Mas antes o senhor evidentemente já tinha entrado, não é...

J.S – Já, já era delegado desde os anos, desde 89, 90, já era delegado sindical da minha agência, que era a agência do CIA.

A.C – Quer dizer que a eleição do Collor veio também junto com a entrada na militância sindical.

J.S – Também, também.

A.C – Eu queria que o senhor falasse mais um pouquinho sobre isso, como é que o senhor entra nessa militância sindical dos bancários. Os bancários são, por, assim, conhecimento, uma categoria politicamente muito forte, muito ativa, que tem sempre muita liderança, faz muito movimento...

J.S – É, exato. A minha militância sindical ela inicia com, na minha época de grupo de jovens, vários, também vários jovens de Cícero Dantas que residiam aqui em Salvador,

jovens um pouco mais velhos que eu, me procuravam para tratar de assuntos relativos à comunidade de Cícero Dantas. No início vinham discussões políticas locais, discussões políticas sociais, e políticas e sociais, tanto que nessa época fiz amizade com um jovem chamado Fernando, Fernando Sérgio, que era trabalhador do Bradesco aqui e militante sindical. De maneira que quando eu passei nos vestibulares de Direito e Economia, que decidi pedir licença do banco, ele deu a notícia aos militantes do Banco do Nordeste de que alguém que poderia vir a ser também um militante sindical na base do Banco do Nordeste aqui estava vindo para cá e esperando a oportunidade do banco...

A.C – Chamá-lo de volta.

J.S - Chamá-lo de volta ao trabalho. E isso fez com que, nessa época, digamos, esses futuros companheiros se mobilizassem também junto à direção do Banco do Nordeste para que eu retornasse ao trabalho. Ou seja, eu devo também o meu retorno ao banco nessa época em que havia voltado para Salvador para iniciar os estudos universitários a essa mobilização que os meus colegas, futuros colegas aqui de Salvador, tiveram, fizeram em meu favor. Tanto que, logo que fui chamado para trabalhar na agência do CIA, fui logo convidado para as primeiras reuniões do sindicato e do movimento sindical e aí por diante foi muito fácil.

A.C – Foi. Agência do CIA... CIA é o que?

J.S – CIA é o Centro Industrial de Aratú, que é...

A.C – Ah, Centro Industrial de Aratú.

J.S – Que é uma agência do banco que fica a cerca de 20 quilômetros aqui do centro de Salvador.

A.C – Certo. Aí o senhor entra e vai fazer carreira no movimento sindical.

J.S – É, não digo que eu tenha feito carreira...

A.C – Carreira, que eu quero dizer é que o senhor se engaja no movimento sindical.

J.S – É, na realidade eu me engajo no movimento sindical, embora, digamos, em um nível mais baixo, que é aquele da representação por local de trabalho. Só em 92 é que com a saída de um dos diretores do sindicato para ocupar um cargo de juiz classista, na época havia essa instituição aqui na Justiça do Trabalho, é que eu sou chamado para, que eu fui convidado para, como já fazia Direito na época, para ocupar o cargo na direção do sindicato, que era esse cargo de diretor do Departamento Jurídico.

A.C – Aí o senhor vai para a direção do Departamento Jurídico e depois, então, é que o senhor vai chegar a ser diretor do sindicato.

J.S – É, na realidade o diretor do Departamento Jurídico é um diretor do sindicato. É porque a diretoria do sindicato ela distribui os seus cargos dessa forma, há um presidente, um vice-presidente, um diretor do Departamento de Saúde, um diretor do Departamento Jurídico. Ou seja, eu como diretor do Departamento Jurídico era, de fato, diretor do Sindicato dos bancários da Bahia.

A.C – Está certo. Doutor, ser delegado sindical e estar no banco, como é que foi isso? Foi uma coisa tensa, foi difícil, o senhor notou alguma...

J.S – Bem, inicialmente eu diria que foi, que não foi algo, embora seja uma experiência de luta, não é, luta sindical, luta social, mas no banco do Nordeste, por ser um banco oficial e por estarmos assim, naquela fase, ainda recebendo os efeitos da abertura política, foi tranquila, não tive maior dificuldade nem com chefes, nem com gerentes. Isso vai começar a mudar de forma abrupta com a eleição do Collor, em que é nomeado para presidente do banco um técnico vinculado ao grupo político do Antônio Carlos Magalhães, aqui da Bahia, e que vai implantar no Banco do Nordeste uma política ainda desenvolvimentista, mas já apontando para, não apenas para a aplicação de políticas neoliberais, mas também do endurecimento na relação entre direção e trabalhadores.

Nessa época sim, aí inicia-se um processo de endurecimento que vai culminar, por volta de 95, 96, em uma perseguição muito grande contra as lideranças sindicais na Bahia.

A.C – E o senhor é atingido, porque o senhor nesse momento está na direção inclusive, não é, do Departamento Jurídico.

J.S – Exato. Sou atingido, diria que menos atingido porque nessa época eu estava liberado. Eu passei dois anos liberado para a atividade sindical. Então, eu era atingido em função do problema que atingia os meus colegas, mas não pessoalmente atingido. Eu vou ser pessoalmente atingido quando saio do sindicato e retorno à base em 95, final de 95. Isso, embora tivesse um nível de relação muito bom com meus superiores imediatos, inclusive nessa época passei a trabalhar no setor jurídico do banco, ou seja, a minha relação com os superiores imediatos era tão boa que saí de um jurídico do sindicato...

A.C – Para o jurídico do banco.

J.S - Para o jurídico do banco, sem maiores problemas. Mas nessa época existe, sou vítima também de várias ameaças veladas, inclusive em um determinado momento o banco obriga todos os seus trabalhadores a renunciarem a direitos da previdência privada. Nós tínhamos uma caixa de previdência privada chamada CATEF, cujos estatutos nos garantiam, entre outras coisas, na hipótese de sairmos do banco levarmos 80% do valor com o qual havíamos contribuídos para essa previdência privada. Nessas mudanças que o banco pretendia fazer, e fez efetivamente, os trabalhadores foram obrigados a praticamente renunciar ao pecúlio. Ou seja, desses 80% havia uma redução para 15. No meu caso, que na época já planejava uma carreira fora do banco, isso seria fatal.

A.C – Uma ducha de água fria.

J.S – É. Inclusive porque minha perspectiva, eu tinha uma perspectiva aí de comprar um apartamento com os recursos da CATEF quando viesse a deixar o banco. Ocorre que eu

tive um, eu diria que a maior parte dos colegas assinaram esse documento abrindo mão de direitos, devidos às pressões que sofreram.

A.C – Que caso contrário, muito certamente, seriam demitidos, ou pelo menos havia essa ameaça.

J.S – Ou demitidos ou transferidos, houve transferências de fato. Um colega nosso, que era militante sindical também, que atualmente é prefeito de Alagoinhas pelo Partido dos Trabalhadores, Onildo, ele foi transferido para uma cidadezinha do Maranhão chamada Zé Doca, uma cidade que dizem que é longe de tudo, é um dia de viagem para chegar em qualquer lugar.

A.C – Ou seja, ganhou um castigo...

J.S – E vários outros tipos de punições, como perda de comissões, perda de vantagens etc.

A.C – E o senhor?

J.S – E no meu caso, eu resisti até o último momento. E em virtude dessa pressão que estava sofrendo, estava já fazendo concurso, foi quando fiz um concurso para servidor aqui do tribunal...

A.C – E aí isso tudo coincidiu, não é doutor, porque o senhor estava formando nesse momento também, não é.

J.S – Coincidiu. Eu já havia me formado...

A.C – 95 o senhor estava...

J.S – Se bem que esse momento em que se dá a minha saída do banco não é 95, já é 97.

A.C – Já é 97. Então o senhor tinha formado a pouco tempo.

J.S – Tinha pouco tempo. Eu havia formado no final de 95.

A.C – Certo.

J.S – Então, esse ano de 96 eu estou formado e já estou fora do sindicato, de volta à base.

A.C – No departamento jurídico do banco, inclusive. Aí é que essas coisas todas estão acontecendo.

J.S – Estão acontecendo. Por sinal, nessa mesma época, o superintendente do banco aqui era um crápula, um senhor que inclusive foi despedido do banco por má prestação e que impunha toda a sorte de restrições, não apenas a atividade sindical, como de punição a sindicalistas. Um colega sindicalista foi inclusive despedido, ou seja, foi reconduzido ao cargo mediante decisão judicial, mas chegou a ser despedido do banco devido à atividade sindical. E são inúmeras as pessoas que devido ao clima de pressão então reinante preferiram realmente sair do banco, às vezes até abrindo mão de direitos...

[FINAL DA FITA 1-A]

J.S – (...) às vezes até abrindo mão de direitos e da perspectiva próxima de aposentadoria. Ocorreu em alguns lugares casos de suicídio devido à pressão psicológica no trabalho. Ou seja, foi um clima de terror.

A.C – Foi horrível mesmo.

J.S – Terror. Isso não ocorreu apenas no Banco do Nordeste, aconteceu de um modo geral nas estatais. Ou seja, o projeto iniciado com o Collor, o projeto neoliberal, tinha essas duas vertentes. Uma era impor a máxima produtividade. E no caso específico

nosso, quebrar nossa tradição de luta, já que as empresas estatais, no âmbito bancário, por exemplo, eram quem comandava a luta sindical. Tanto que a maior parte dos presidentes e dirigentes de sindicato eram do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do Banco do Nordeste. Ou seja, houve realmente essa intenção de confrontar o sindicato e imprimir uma derrota com o objetivo de reduzir direitos, e foi obtido. Tanto que os salários do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste hoje não representam um quarto daquilo que representavam a 15 anos quando eu ingressei, ou mais, quando eu ingressei no banco. Sim, mas voltando ao meu aspecto, a minha questão particular, eu tive a sorte de exatamente quando estava no clímax dessa pressão para que eu assinasse sob pena de ser transferido para o Maranhão, eu fiz o concurso aqui, não para juiz do trabalho, mas para servidor da Justiça do Trabalho e tive a sorte de ser aprovado nesse momento, e de ser imediatamente chamado porque havia passado em primeiro lugar. Com isso eu pude chegar para o meu chefe e dizer: “Não preciso mais assinar porque já estou de saída mesmo”. E graças também as interferências do meu chefe imediato o banco me fez o favor nessa época de me despedir, ou seja, porque se eu tivesse que pedir demissão eu teria aberto mão de, não especificamente dos direitos previdenciários, mas de direitos trabalhistas.

A.C – E aí com isso o senhor consegue sair razoavelmente bem.

J.S – Razoavelmente bem, é quando eu compro o meu apartamento e venho para a Justiça do Trabalho, embora ganhando muito menos na época do que ganhava no banco. Começo aqui na Justiça do Trabalho no final de 97, nisso daí eu já estava completamente convicto de que minha carreira era aqui dentro. Já estava fazendo concursos para juiz do trabalho. No entanto, havia um problema aí de hand cap, eu não tinha tempo. Meu tempo, quer dizer, para alguém que trabalha oito horas por dia, faz militância sindical, os estudos realmente não, embora fossem prioritários, não tinham tempo necessário para que eu pudesse realmente ser aprovado em um concurso difícil como é o concurso de juiz do trabalho. Então, eu de 97 até 2001 fiz vários concursos, salvo engano sete concursos, até vir a ser aprovado nesse concurso para o qual tomei posse aqui em 2002.

A.C – Doutor, esse tempo o senhor está estudando. O senhor estuda sozinho, o senhor chega a fazer algum curso?

J.S – Ah sim. Tão logo saí do sindicato, e tomava, além de tomar bastante tempo, havia também um problema, nessa época eu estava ainda concluindo o curso de Direito, não é. Mas tão logo eu saí do sindicato e concluí o curso eu passei a fazer aqui pela manhã, aqui no Tribunal do Trabalho, o curso promovido pela Escola da Magistratura do Trabalho, eu e mais dois colegas do jurídico do banco. Fiz também, promovido pelo banco, um curso de pós-graduação em Direito Civil, uma promoção do Banco do Nordeste, Banco do Brasil e faculdade de, Fundação Faculdade de Direito aqui da Universidade Federal da Bahia.

A.C – Então o senhor tinha o curso de pós-graduação também, não é, isso era alguma coisa que também ajudou, qualificou o senhor também.

J.S – É, embora era um curso de pós-graduação de curtíssima duração, eu acho que foram oito meses.

A.C – Era latu sensu, não é. Agora, a Escola de Magistratura, o senhor gostou, foi boa?

J.S – Ah, foi muito importante, digamos assim, nessa formação intelectual da qual eu necessitava para passar no concurso. Porque creio que a minha formação intelectual não se deveu, vamos dizer assim, a universidade, na verdade eu não estudei muito na universidade, eu estudei muito mais...

A.C – Depois, não é.

J.S – Depois e sozinho, também. Sempre gostei muito de ler, sempre fui muito curioso, mas creio que talvez essa base de conhecimentos que me faltasse para realmente ter condições de fazer um concurso de juiz do trabalho com chances de ser aprovado, e isso quem me deu foi a Escola de Magistratura.

A.C – Os professores eram bons...

J.S – Muito bons, excelentes. Eu tive como professor de Direito do Trabalho o dr. Ronald Amorim, que além de ser um professor com grande qualificação, é também um humanista e uma pessoa muito comprometida com a visão social do Direito.

A.C – Agora, o senhor também quando vai fazer o concurso e começar a sua carreira de juiz, o senhor tem uma experiência, digamos, do outro lado, que é essa experiência sindical que eu acredito que deva lhe ter sido importante.

J.S – Ah, bastante, bastante útil. Eu tenho, eu creio que não apenas a experiência sindical, mas a experiência de viver a relação de trabalho. Porque sei que muitos colegas, não obstante o grau de conhecimento que tem da ciência jurídica e da, particularmente do Direito do Trabalho, mas acredito que se tivessem tido essa oportunidade de vivenciar a relação do trabalho em si como sujeito, com certeza lhes seria útil.

A.C – Essa vivência da condição do trabalhador mesmo, de sofrer essas pressões por parte de um patrão, seja ele um banco, uma empresa estatal ou um patrão diretamente, não é.

J.S – É. E eu diria, tive ainda a sorte de ver a coisa ainda pelo outro lado, porque esse período que estive no jurídico do, tanto do sindicato, quanto do banco...

A.C – Quanto do banco...

J.S – Me fizeram com que eu pudesse ter uma visão privilegiada da coisa, como a relação jurídica capital/trabalho é vista dentro do sindicato, e vista dentro do banco, porque afinal de contas o jurídico do banco é aquele que vai expressar no contencioso trabalhista o ponto de vista da empresa.

A.C – No ponto de vista do patrão, nesse sentido. E aí, doutor, o senhor passa no concurso, e como é que a sua carreira começa, o senhor vai ser juiz...

J.S – É, faltou dizer aqui que nesse período aqui na Justiça do Trabalho também...

A.C – Como servidor, não é.

J.S – Como servidor, eu tive uma oportunidade muito interessante que foi de trabalhar também na parte administrativa do tribunal. Eu trabalhei na época da administração da dra. Conceição Martinelli, então tive a oportunidade também de conhecer um pouco a realidade da administração pública. Foi uma época que eu tive que me enfrontar também nos estudos de Direito Administrativo, Direito Disciplinar, porque inclusive dei vários pareceres em processos envolvendo servidores. E tive também uma outra experiência entre a de servidor da Justiça do Trabalho e de juiz do trabalho, um ano de advocacia da União, em Brasília. Eu, antes de ser aprovado no concurso de juiz do trabalho, eu fui aprovado no concurso para advogado da União, e trabalhei durante um ano no Ministério do Planejamento, na Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento.

A.C – Então o senhor fica em Brasília.

J.S – Fiquei em Brasília durante um ano. No ano de 2001 até agosto de 2002.

A.C – Mas o senhor faz concurso aqui, não é, para juiz. O senhor vem fazer o concurso então.

J.S – Exato. Quando eu fui para Brasília estava pendente, por questões judiciais, houve algumas impugnações ao concurso, e até que fossem julgadas essas impugnações o concurso ficou suspenso. Eu já havia, quando eu iniciei a carreira na Advocacia da União, eu já havia feito a terceira fase do concurso de juiz aqui. E faltava a última fase, que era a prova oral. Nessa época, como eu já havia perdido em vários concursos para juiz do trabalho, e justamente na terceira fase na prova de sentença, o que me deixava

extremamente chateado porque a fase, digamos, as fases mais difíceis são a primeira e a segunda. A terceira fase já não reprova tanto. E a quarta fase já não reprova quase ninguém. Então eu dizia: “Poxa, alguma coisa no universo conspira contra minha carreira como juiz do trabalho. Eu vou fazer um outro concurso”. Nessa época, então, quando entrei na Advocacia da União eu deixei um pouco de lado a questão do Direito do Trabalho, e disse: “Não, agora vou mudar o foco. Já que estou aqui na Advocacia da União, onde não há Direito do Trabalho...”, porque a Advocacia da União não atua na área trabalhista, “Então eu vou agora estudar Processo Civil e Direito Administrativo, fazer concurso para procurador da República ou juiz federal”. Então, nesse momento em que o concurso daqui estava suspenso, passa novamente a quarta fase, e eu sou chamado a vir fazer a última fase do concurso. Eu já estava tentando um outro concurso aqui em Pernambuco, para juiz federal, em que inclusive já havia passado na primeira fase, estava fazendo a segunda. Mas aí eu disse: “Não, vamos fazer essa última tentativa para juiz do trabalho”. E por sorte naquela ocasião eu passei nessa última fase e logo depois, em agosto de 2002, tomei posse.

A.C – Doutor, uma pergunta de leiga. A quarta fase é a de sentença ou é a terceira que é de sentença?

J.S – Não, a terceira é de sentença.

A.C – A quarta é o que?

J.S – A quarta é a fase de prova oral.

A.C – Ah, a quarta é a prova oral.

J.S – Oral. Eu perdi, nesses concursos que eu havia feito antes, eu perdi justamente na prova de sentença. E o que me deixava mais indignado é que eu perdia por...

A.C – Décimos, assim.

J.S – Décimos. Em duas ocasiões eu fiquei com a média 4,75. Eu disse: “Não é possível”.

A.C – É verdade. Isso é maldade.

J.S – E são três examinadores, dois me dão 5.0 , ou melhor um me dá 5.0 , o outro 4.5 , o outro 4.75. Aí eu sei que terminei, terminava sendo reprovado por... E isso daí, para quem está fazendo concurso, é extremamente desanimador, não é, porque ainda mais que eu já estava aí há três ou quatro anos fazendo concurso.

A.C – Eu achei isso interessante porque a gente, no nosso trabalho, a gente entrevistou a dra. Sandra Lia Simon, que preside o Ministério Público do Trabalho hoje, e ela contou para a gente que fez concurso para juiz do trabalho e que era reprovada na sentença. E ela chegou a conclusão: “Eu acho que eu não sei fazer sentença, eu tenho que procurar alguma coisa que eu não faça sentença”. A gente brincou com ela: “A senhora procurou e achou muito bem, não é”. Porque aí ela fez concurso para o Ministério Público do Trabalho e fez evidentemente uma brilhante carreira como procuradora. Mas essa fase da sentença eu tenho impressão que ela é realmente dramática...

J.S – É dramática.

A.C - Porque a pessoa já passou nas duas outras, não é.

J.S – É, as duas que realmente reprovam a maior parte, porque em um concurso para juiz do trabalho, o nosso aqui é na faixa de 1000 candidatos e no Rio e em São Paulo são 2000, 3000 candidatos. Então, a primeira fase já elimina 60, 70, 80, às vezes até 90% dos candidatos na primeira fase. A segunda elimina, desses que ficaram, elimina mais de 60% ou 70%. Então, o número daqueles 2000, 3000 que iniciaram o concurso, na prova de sentença tem 50, 30, 40.

A.C – É muito pouca gente, não é.

J.S – É. Às vezes menos do que a quantidade de vagas que existe.

A.C – E o concurso da Justiça do Trabalho, ela é federal, mas os concursos eles se fazem por regiões...

J.S – É, por regiões.

A.C – Em função de vagas, é isso, não é doutor?

J.S – Exato. Então, aqui na Bahia, por exemplo, nós hoje caminhamos para cerca de 50 vagas aí com a criação das novas varas e devido à criação dessas varas e do surgimento das vagas, foi iniciado um concurso. Esse concurso já está indo agora para a terceira fase e já há menos aprovados do que o...

A.C – A necessidade.

J.S – O número de vagas...

A.C – Não é à toa que os jovens querem estudar Direito, eu tenho uma filha que faz Direito. Mas tem essa questão que o senhor colocou, nem sempre as universidades colaboram, digamos, muito para o sucesso nessas carreiras e eu acho que até hoje os jovens acabam estudando muito mais depois que saem da faculdade do que durante a faculdade. Alguns porque trabalham, mas nem todos só por isso, porque realmente a universidade às vezes não puxa e na hora que eles vão enfrentar um concurso...

J.S – É que percebem como o curso que fizeram deixou a desejar. Mas eu atribuo também, principalmente no que diz respeito ao âmbito do Direito, e nas universidades federais, ao fato de que não há essa tradição do profissional acadêmico. Agora que temos, começamos a ter na universidade federal professores que realmente se dedicam ou integralmente, ou então com mais afinco à academia. Na minha época a maioria, já disse e torno a dizer, a maioria dos professores não levavam efetivamente a carreira...

A.C – De professor, não é.

J.S – De professor à sério. Aquilo era mais uma forma de angariar status para sua atividade principal. Sou advogado e o fato de poder colocar no meu cartão de visitas...

A.C – Professor da universidade federal.

J.S – Professor da universidade.

A.C – É. Hoje também realmente está mais difícil porque as exigências que a carreira de professor universitário tem são grandes em termos de produtividade, de produção... O senhor tem um irmão que é professor, então eu sei que o senhor sabe bem.

J.S – Eu sei que realmente é exigente.

A.C – Se a pessoa não se aplicar realmente, enfim... Mas doutor, aí o senhor é aprovado no concurso, começa a trabalhar como juiz aonde, doutor?

J.S – Bem, a senhora já deve ter feitos várias entrevistas e deve saber que diferentemente no que ocorre no âmbito da magistratura estadual, aqui, no caso da magistratura do trabalho, nós temos mais juízes do que varas, ou seja, as varas funcionam, aquelas varas mais, onde há um volume de trabalho maior, funcionam, costumam funcionar com um titular e com um auxiliar.

A.C – Um auxiliar.

J.S – Além do juiz, desses juízes, o titular e o auxiliar, há também um número de juízes puramente substitutos, que são aqueles que vão ficar suprindo as necessidades daquelas varas em que eventualmente um juiz sai de férias ou sai de licença-saúde e etc.

A.C – Geralmente os que entram, entram como juízes substitutos, não é?

J.S – Substitutos. A nossa carreira ela inicia como juiz substituto, depois podemos ser promovidos a juiz titular de vara e podemos ainda, eventualmente, ascendermos a juiz de segunda instância, agora denominado desembargador federal do trabalho. Ocorre que há um afunilamento, não é, porque um número, na segunda instância há um número muito menor de vagas, de cargos, de maneira que a maior parte dos juízes terminam mesmo a sua carreira como juízes titulares de vara. O fato é que nós levamos aqui em um tribunal como o nosso cerca de 10 anos para alcançar a titularidade de uma vara. Enquanto isso nós somos substitutos. E como substitutos ou atuamos na qualidade de auxiliar de um juiz titular em uma vara em que haja um número maior de juízes, de trabalho, ou como substituto. Substituto, em geral, viaja bastante pelo interior... Eu preferi ficar nessa situação, de juiz, inicialmente de juiz puramente substituto, juiz volante, o que fica hoje em um lugar, hoje em outro. Com isso tive a possibilidade de conhecer a Bahia quase toda, viajei para as diversas regiões. É interessante do ponto de vista profissional porque passamos a conhecer os vários tipos de demanda, porque afinal de contas cada região tem a sua peculiaridade em termos econômicos. Então, se eu sou designado para Senhor do Bonfim, eu vou conhecer a realidade dos garimpos, da mineração; se eu sou mandado para Guanambi, dos trabalhadores na lavoura do algodão; se sou mandado para Jequié, a peculiaridade dos safristas do café; se sou mandado para Camaçari, dos operários... É uma experiência enriquecedora, eu acho que todo o juiz do trabalho deveria, realmente, iniciar fazendo essa peregrinação pelas diversas regiões do estado.

A.C – E o senhor disse que viajou a Bahia quase toda. O senhor vai, mais ou menos, para quantas varas aí no interior?

J.S – Nesse período em que passei como substituto volante, porque agora eu estou na condição de substituto auxiliar, eu devo ter viajado a cerca de 10 cidades diferentes.

A.C – Doutor, nessa experiência tão diversificada, o senhor destacaria, assim, algum tipo de questão envolvendo demanda entre capital e trabalho que chamou mais atenção ao senhor? Assim, ou por questão de uma situação de exploração de trabalhador maior, ou por complexidade, alguma coisa assim, considerando?

J.S – A senhora fala casos específicos?

A.C – Casos específicos, mas que o senhor tenha considerado, de certa forma, exemplares, bastante importantes para o senhor?

J.S – Eu vivi sim algumas experiências interessantes em que acho que o meu papel enquanto juiz pode ter contribuído, ou vir a contribuir, para alguma mudança, ou para a redução no nível de exploração ou das condições indignas de trabalho. Na região de Senhor do Bonfim, por exemplo, eu tive a oportunidade de julgar vários casos que diziam respeito a uma mina que havia recentemente fechado. E descobri que as pequenas e médias empresas de mineração pagavam os seus trabalhadores com que eles chamam lá de, parece que é de [INAUDÍVEL]. É, na verdade, o pagamento era feito com uma pequena parte do material retirado da mina, em que o trabalhador ele ia, ele próprio, tentar verificar se ali dentro havia alguma pedra, havia alguma... Ou seja, se ele poderia passar um mês trabalhando e se dentro daquela porção de terra que ele retirou da mina não encontrasse nada, não ganha.

A.C – Ele não ganhava nada.

J.S – Não ganhava nada.

A.C – Quer dizer, o salário era uma questão de sorte.

J.S – De sorte, ou seja, a [INAUDÍVEL], que é a característica no Direito do Trabalho da atividade empresarial passava a ser do trabalhador e não do empresário. Porque o empresário apenas detém a posse da mina e...

A.C – E o risco é dele, de encontrar ou não.

J.S – É, o risco deveria ser dele. Mas não. Nesse caso o risco passava a ser todo do trabalhador, porque ele não arcava absolutamente com nada no que dizia respeito aos

trabalhadores. Se os trabalhadores encontrassem alguma pedra preciosa ou algum mineral valioso entregava ao proprietário da mina. Caso contrário, quer dizer, o proprietário não tinha absolutamente risco nenhum, o risco era somente não lucrar, mas não havia risco de perder nada porque ele sequer investia. Já para o trabalhador não, ele poderia passar o mês inteiro e não receber nada. E foi uma situação em que eu julguei, reconheci o vínculo de diversos trabalhadores com as empresas, condenei as empresas e [INAUDÍVEL] os proprietários naquela ocasião, e notifiquei ao Ministério Público, que soube já estar atuando no sentido de coibir essa prática na região.

A.C – É porque, de certa forma, é uma prática quase que, digamos assim, o sistema de barracão é um pouco transformado, quer dizer, na medida que não há pagamento efetivo, em numerário nenhum, não é.

J.S – Exato. É um trabalho gratuito, o que não se admite. Ou seja, é um sistema que novamente é mais uma forma moderna de escravidão.

A.C – É, porque eu fico pensando, ele acabaria igualmente se endividando, o trabalhador, porque se ele não ganha nada, ele tem que fazer dívida para comer porque evidentemente ele e a família dele tem que sobreviver.

J.S – Exato. Eventualmente ele também, se tiver sorte, vai achar uma pedra e vai vender essa pedra e ganhar algum dinheiro. Mas é o dinheiro suficiente apenas para manter a mão-de-obra viva e gerando riqueza para o proprietário da mina.

A.C – Aqui na Bahia, quer dizer, não é como evidentemente ocorre no sul do Pará ou no norte do Mato Grosso, mas essa também é uma região, a Bahia tem alguns focos também...

J.S – De trabalho escravo. Nitidamente. Embora esse caso que eu aventei agora não se vislumbra tanto a questão da escravidão porque o trabalhador não teve nem os seus movimentos cerceados e muitas vezes ele até mora na cidade e vai diariamente à mina para fazer esse trabalho. Agora, há regiões, alguns trabalhos realizados na região oeste,

que esses o caráter mesmo de coerção sobre o trabalhador ele é muito forte. Ele é colocado às vezes dentro de uma fazenda distante, dezenas e dezenas de quilômetros da cidade, sem meio de transporte, em condições subumanas, às vezes dormindo ao relento em uma rede no meio da mata, sem água potável, ou seja, na pior situação possível. E recebendo, sem carteira assinada, recebendo menos... Ou seja, uma situação muito similar a situação de escravidão. Isso tem sido muito comum. Inclusive, recentemente a vara de Barreiras, em uma ação promovida, ação civil pública promovida pelo Ministério Público do Trabalho condenou uma fazenda a pagar uma multa relativamente alta.

A.C – São fazendas de que nesse caso de Barreiras?

J.S – Doutora, geralmente são fazendas, essas situações se dão em áreas em que está se produzindo desmatamento, ou seja...

A.C – Corte de árvores.

J.S – São regiões enormes que ainda estão em mata, na mata bruta, e onde futuramente serão fazendas de soja... Óbvio que depois que se dá esse câmbio, essa mudança para o agro-negócio, ou seja, começa-se a ter a fazenda da soja, a exploração se dá em outro nível, não mais nesse ponto que verificamos no princípio.

A.C – Porque o tipo de trabalhador tem que ser outro, não é. Esses trabalhadores que desmatam, que roçam, esses são...

J.S – É, esses que fazem, digamos assim, a primeira fase do agro-negócio, esses são escravizados, inclusive porque os grandes proprietários não fazem esse trabalho. Os grandes proprietários ou as grandes empresas do agro-negócio, eles contratam terceiros que vão, então...

A.C – É uma espécie de sub empreitada para fazer isso, não é.

J.S – Sub empreitada, é a questão da empreitada e da sub empreitada, e que vão contratar trabalhadores nessas condições.

J.S – (...) que vão, então...

A.C – É uma espécie de sub empreitada para fazer isso, não é.

J.S – Sub empreitada, é a questão da empreitada e sub empreitada, e que vão contratar trabalhadores nessas condições. Isso, como a região oeste da Bahia é muito vasta, nós ainda temos milhões e milhões de hectares ali na mata bruta prontos para serem desmatados e transformados em agro-negócio, ou seja, é muito comum essas práticas de exploração.

A.C – E aqui, agora aqui na Bahia o Ministério Público do Trabalho junto com a delegacia e a magistratura tem atuado, não é?

J.S – Tem. Eu diria que houve uma mudança significativa nos últimos cinco anos. Ou seja, os novos procuradores do trabalho têm realmente se destacado nesse papel de coibir as práticas ilegais e as práticas de exploração semi-escrava do trabalho.

A.C – Doutor, o senhor então tem essa experiência, ela é enriquecedora, o senhor disse que viaja por 10 cidades, destacou essa, o senhor gostaria de destacar alguma outra?

J.S – Houve um outro caso em que eu também mobilizei o Ministério Público, mas é uma situação, na realidade eu já não podia fazer muito. Enquanto eu estive substituindo na vara de Santo Antônio de Jesus foram ajuizados lá algumas reclamações que diziam respeito a trabalhadores de uma agroindústria, que funcionava na, uma agroindústria não, uma empresa de agro negócio, até de matriz portuguesa que explorava o café e que contratava trabalhadores safristas para fazer a colheita. Essa, como a colheita do café demanda um número enorme de trabalhadores, eles contratavam gatos, não é, os famosos gatos empreiteiros para irem em busca de trabalhadores em todas aquelas cidades vizinhas, ali na região do Vale do Jequiriçá, para trazerem trabalhadores para

fazerem a colheita. Esses trabalhadores eram normalmente transportados em caminhões, como normalmente os bóias-frias são. E por duas vezes ocorreram acidentes graves. Em um primeiro desses acidentes morreram 16 trabalhadores no ano 2000. E no ano de 2002, ou seja, já tendo havido isso, continuava-se a fazer o transporte dos trabalhadores nesses caminhões, de distâncias de até 60 quilômetros, trafegando até por BRs. Imagina trafegar por BR com trabalhadores em cima de um caminhão. O fato é que em 2002 houve um outro acidente em que dois trabalhadores morreram. Em cada uma dessas ocasiões o número de feridos, inclusive com seqüelas graves para a toda a vida, foi enorme.

A.C – Grande.

J.S – Grande. Ocorre que os trabalhadores, o nível de necessidade era tão grande que os trabalhadores preferiam, para não perderem seus, a não ser aquelas famílias em que houve perdas de vidas ou então situações gravíssimas, como perda de membros e paraplegia, o fato é que a maior parte dos trabalhadores sequer tomaram qualquer providencia judicial. E nessa época também eu acho que os órgãos de fiscalização, DRT, Ministério Público do Trabalho, não agiram com a necessária diligência, na época, diligência. Tanto que dois anos depois um acidente de proporções terríveis também aconteceu com o mesmo empregador, com os mesmos trabalhadores, na mesma região, e nas mesmas condições, não é, trafegando com trabalhadores em cima de caminhões sem qualquer proteção. O fato é que esses trabalhadores só foram, esses trabalhadores, esperando sempre que no ano seguinte fossem recontratados e que por seis meses tivessem aquele trabalho, ou aquele sub trabalho não ajuizaram as reclamações no tempo certo. O que, quando vieram a efetuar as reclamações, a maior parte das situações já estava prescrita. Isso também eu acredito que em um país como o Brasil, em que os trabalhadores, boa parte dos trabalhadores são absolutamente desinformados e as condições de vida tão terríveis, que levam mesmo o trabalhador a ficar dois anos na expectativa de ser novamente recontratado e por isso não reclama contra seu ex-empregador, o prazo de dois anos...

A.C – É muito pequeno.

J.S – Muito pequeno. Leva a consagração de injustiças.

A.C – E se não me engano, isso foi uma transformação, porque de início, quando se começa a reconhecer direitos aos trabalhadores rurais, as reclamações deles não tinham esses prazos de prescrição, exatamente como o senhor está colocando, para permitir que eles pudessem reclamar, porque às vezes moram, inclusive, longe, além de ser desinformados, não é.

J.S – Embora, no nosso campo trabalhista, nós falemos de dois tipos de prescrição, a prescrição total e a parcial. A total é aquela que se dá depois do término do vínculo. Essa, e infelizmente era o caso desses, ela se dá com dois anos. Ou seja, mesmo quando a lei não reconhecia prescrição parcial para o trabalhador rural, mas já havia essa prescrição dos dois anos. Ou seja, mesmo se isso tivesse ocorrido há cinco, seis anos, o ajuizamento da ação tivesse ocorrido a cinco, seis, sete anos, quando ainda não em vigor a emenda constitucional que tratou da prescrição para [INAUDÍVEL], mas essa prescrição total já havia.

A.C – Ou seja, essa, vamos dizer, essa não prescrição só existia quando o vínculo ainda existisse também.

J.S – Ainda existisse, exato.

A.C – O senhor está me esclarecendo um ponto que eu não tinha tanta, assim, consciência não.

J.S – Então, o que eu acho é que pior do que o prazo de cinco anos, o que também faz com que muitos trabalhadores deixem de reclamar porque, o fato é que em virtude de não existir a estabilidade no emprego no ordenamento jurídico brasileiro, o trabalhador só reclama o seu direito quando sai do emprego. Nós somos, na prática, juizes de contratos extintos, de contratos mortos.

A.C – É verdade. Pelo medo do desemprego.

J.S – Pelo medo do desemprego. Ou seja, se não há garantia no emprego, se não há estabilidade, o trabalhador sabe que está sendo explorado, mas se ele vai à justiça, eu tenho um artigo belíssimo escrito recentemente por um colega nosso, o Souto Maior, que foi inclusive recentemente candidato a presidente de associação dos juízes do trabalho, em que ele trata exatamente disso, de como é difícil para o juiz do trabalho às vezes ser procurado por alguém que diz: “Doutor, eu sendo explorado no trabalho. Posso ir à justiça?”. E o juiz ter que responder: “Pode”, mas sabendo do risco de...

A.C – De ser demitido.

J.S – De ser colocado para fora. Ou seja, é uma situação que não é agradável para o juiz.

A.C – E essa situação, inclusive, não se altera com a questão do aumento da competência não, não é doutor?

J.S – Não, esse aspecto não, não tem, porque o aumento da competência é uma matéria aí de ordem processual em que nós passamos a ter competências sobre outras áreas do Direito, que não apenas aquelas que, do Direito do Trabalho, que não apenas a relação de emprego. Ocorre que esse aspecto que eu estou abordando é uma situação que só seria corrigida com mecanismos de garantia no emprego, que são mecanismos que são de LEGIS [INAUDÍVEL], ou seja, o legislador que tem que estabelecer isso.

A.C – E isso o senhor acha que é uma ação que viria de onde, do próprio legislativo, não é, da própria ação legislativa?

J.S – Exato. E do Executivo e do Legislativo. Por exemplo, o Brasil chegou a firmar uma das convenções da OIT, uma convenção que estabelece uma certa estabilidade no emprego. Ou seja, os trabalhadores só poderiam, isso ainda na época de Fernando Henrique Cardoso. Isso o Brasil, na verdade, já havia subscrito à convenção em final da década de 80. Só que essa, ou melhor, a ratificação havia sido feita em finais da década

de 80, acho que ainda no governo de José Sarney. Porém, ela só entraria de fato em vigor no Brasil 10 anos depois, porque havia nesse período, teria que nesse período ser aprovada pelo Congresso, e tomadas mais algumas providências burocráticas. De fato que, de maneira que, salvo engano em 97 ou 98, entrou em vigor aqui no Brasil essa convenção. E essa convenção diz exatamente isso, que é possível um trabalhador ser despedido, mas para que essa despedida ocorra é preciso que haja um motivo de ordem econômica, de ordem técnica, de ordem jurídica disciplinar. Ou seja, dentro dessa, do que estava disposto nessa convenção da OIT, que foi subscrita pelo Brasil salvo engano é a 358, não poderia um trabalhador que ajuíza uma reclamação trabalhista ser despedido.

A.C – Certo.

J.S – Porque não haveria como o empregador, nesse caso, motivar.

A.C – É a chamada despedida injusta aí no caso seria, no caso do trabalhador que porque reclamou foi despedido, não é.

J.S – Exato.

A.C – Como antes era, que acontecia com muita frequência, não é, com as mulheres, ficavam grávidas, era demitidas. Então isso passou a não poder mais ser feito. As mulheres ficam grávidas, se o patrão demiti-las, ele vai ter que readmiti-las, pode até demitir depois de novo, mas... Hoje os patrões, por exemplo, não fazem.

J.S – Exato. Isso graças a Constituição de 88 que estabeleceu, entre outras estabilidades provisórias, a estabilidade da gestante.

A.C – É, e nem imediatamente depois que ela tem o neném, também não pode.

J.S – Exato. Ela tem cinco meses de estabilidade após o parto.

A.C – Teria que ser uma coisa mais ou menos assim. Isso pelo menos melhoraria um pouco, não é.

J.S – Exato. Essa, se essa convenção estivesse, da OIT, estivesse em vigor no Brasil, não significaria, como na época os patrões disseram, a impossibilidade de despedir. Não, poderia despedir. Mas para despedir deveria comprovar. “Ah, estou despedindo porque minha empresa teve uma queda nas receitas. Então, não há mais como, se antes eu faturava um milhão de reais, hoje estou faturando 100 mil. Então, não posso ter a mesma quantidade de empregados”. Está justificado.

A.C – Inibe, dificulta. Aliás, eu falei errado, é a despedida imotivada que chama, não é doutor, essa.

J.S – É porque na realidade despedida justa e injusta...

A.C – Está errado.

J.S – Tecnicamente...

A.C – É verdade.

J.S – Trata de situações diversas. Mas o que nós, o que essa convenção exigia era a motivação da despedida, e a motivação dentro daqueles critérios estabelecidos na própria convenção. Só que essa, por pressão do empresariado, o próprio Fernando Henrique, um ano depois de aprovada a convenção, fez com que o Brasil voltasse atrás na ratificação, renunciasse, revogasse a...

A.C – A ratificação.

J.S – A ratificação.

A.C – O empresariado brasileiro é duro, não é doutor?

J.S – Duro na queda. Esse dias eu estava lembrando, até em uma conversa com o dr. Roberto, o nosso presidente, que assistindo uma palestra do dr. Ulisses Ridel...

A.C – Dr. Ulisses...

J.S – Ulisses Ridel.

A.C – Ridel.

J.S – É, dr. Ulisses Ridel é um advogado muito famoso em Brasília, inclusive não sei se ainda é, mas foi durante muito tempo o coordenador geral do DIAP, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

A.C – E o sobre nome do dr. Roberto, que o senhor falou que é o presidente aqui, é dr. Roberto...

J.S – Dr. Roberto Pessoa.

A.C – Pessoa. Está certo. Não quero interromper o senhor, só para registrar.

J.S – Então eu lembrava um fato ocorrido, dr. Ulisses nessa palestra...

A.C – Na palestra.

J.S – Contava que quando do projeto que instituía as férias anuais para os trabalhadores, isso na primeira, nos anos 30, logo após a “Revolução de 30”, o empresariado paulista escreveu uma carta a Getúlio Vargas dizendo do perigo para a sociedade, e para a moral e para os bons costumes e mesmo para a família brasileira, das férias anuais dos trabalhadores. Primeiro que os trabalhadores tinham uma tendência inata ao vício do alcoolismo, e que, portanto, se passassem tanto tempo distantes do trabalho, certamente isso levaria muitos trabalhadores ao alcoolismo, o que levaria, por seu turno, a

desintegração de lares, e que com certeza não seria bom para o país que viesse a ser instituída as férias anuais para os trabalhadores.

A.C – Além do que eles não tinham recursos, o que é que eles iam fazer com 30 dias sem trabalhar? Não tinha mesmo o que fazer.

J.S – Sem trabalhar, exato.

A.C – Agora, doutor, vou voltar então ao ponto do aumento da competência, que a gente começou a conversar, o senhor viu com bons olhos, o senhor fez reparos a isso?

J.S – Não, vi não apenas com bons olhos, como participei dentro dos meus meios e dentro das minhas possibilidades para que viéssemos a obter essa vitória, esse aumento da competência. Eu creio que o fato de sermos como éramos anteriormente, apenas juízes das relações de emprego, diante de um mundo que caminha inclusive para novas formas, a passos rápidos, para novas formas de trabalho e de trabalho não subordinado, mas que não excluem a exploração econômica, já fazia com que fosse extremamente conveniente que essas demandas viessem para a nossa competência. Inclusive porque somos, pela natureza mesmo do nosso ramo do poder Judiciário, aquelas pessoas que mais entendem ou tentam entender a dinâmica do trabalho, das relações entre o capital e trabalho. E não havia mesmo porque sendo Justiça do Trabalho, sendo uma justiça especializada nos contratos de atividade, nós ficássemos apenas restritos as relações de emprego. Então penso que, não apenas pelo que temos hoje em termos de relações de natureza civil não empregatícia, mas relações de atividade, e que vindo para o nosso âmbito de competência terão a possibilidade de um julgamento mais célere, que a Justiça do Trabalho tem como seu pressuposto maior, um dos seus grandes princípios, a celeridade processual, também o julgamento por um profissional do Direito que devido a essa natureza mesmo do seu ramo judicial é voltado para essas questões. E acho que devido a esse momento histórico, o avanço do Neoliberalismo no mundo, dessas relações de trabalho que agora se diversificam, da possibilidade do trabalho à distância, do trabalho sem subordinação, de relações novas de trabalho que surgem em virtude do avanço tecnológico, eu creio que temos um campo vasto aí de atuação.

A.C – E nessa questão ainda da Reforma do Judiciário, como é que o senhor vê o ponto do poder normativo? Porque eu vejo, para mim é muito difícil, porque eu vejo que há opiniões de que efetivamente esse poder teria acabado, não existiria mais na prática mesmo. Mas há outras pessoas, que dizem: “Não”. Eu estou falando dentro da área do debate na magistratura do trabalho. Com é que o senhor vê essa questão do poder normativo?

J.S – Bem, a questão do poder normativo na Justiça do Trabalho é um tema que eu já discuti há muitos anos, desde a época de sindicalista, porque...

A.C – Ele é recorrente.

J.S – É, é recorrente, e no caso brasileiro uma situação bastante particular. Uma vez que o Direito do Trabalho, aqui no Brasil, ele vem não como uma conquista direta, mas uma conquista indireta da classe trabalhadora. Eu digo isso porque os direitos trabalhistas, em sua maioria instituídos a partir da CLT de Vargas, ela vem como uma forma de prevenir o que poderia vir a ocorrer com o avanço das lutas trabalhistas. Então, seria algo como se o patronato, principalmente o patronato industrial, que apoiava o Vargas, em certa medida, dissesse: “É melhor cedermos os anéis para daqui a mais algum tempo não perdermos os dedos”. Então, muitos desses direitos sequer estavam nas pautas das reivindicações trabalhistas dos anos 30, início dos anos 40. E foram copiados de legislações avançadas de outros países. Alguns de forma desonesta, na minha opinião, inclusive com o objetivo não declarado de extinguir com o Direito do Trabalho no Brasil, dizem que a CLT foi uma cópia da Carta Del Lavoro de Mussolini.

A.C – Da Carta Del Lavoro.

J.S – Eu não concordo, eu acho que...

A.C – Eu também não concordo não, doutor. Isso é daquelas histórias de tão repetidas, acabam sendo acreditadas.

J.S – Acreditadas. Exato. O fato é que na Carta Del Lavoro, provavelmente inclusive para que Mussolini conquistasse o apoio de parte do proletariado ele tenha feito, incluído alguns direitos trabalhistas. O que não significa que aqueles direitos trabalhistas, por terem, estarem segmentos em um instrumento legal do regime fascista fossem direitos fascistas, isso é uma... Na verdade, isso é uma concessão que o regime fascista fazia aos trabalhadores justamente para que não fosse, que o regime fascista não fosse objeto da luta contrária, não é, da oposição dos trabalhadores. Portanto, naquilo que eventualmente a CLT trouxe direitos consagrados na Carta Del Lavoro isso não significa que por isso esse direito seja, como diria, um direito fascista, obviamente que não, concedido aos trabalhadores. Mas o fato é que, como eu estava dizendo, eu vejo na CLT, nos direitos trabalhistas brasileiros, uma conquista indireta, ou seja, a luta dos trabalhadores vinha crescendo, não apenas no Brasil como no mundo, e Vargas, astutamente, se apropria de algumas dessas bandeiras, desses direitos, para que pudesse consolidar um projeto de desenvolvimento nacional capitalista. E...

A.C – E o poder normativo vem nesse momento, não é.

J.S – Ah sim, voltando [Riso]. Essa digressão terminou fazendo com que eu perdesse o fio da meada. Mas...

A.C – O senhor ia falar do poder normativo.

J.S – Voltando a questão.

A.C – O que é que o senhor achava dele?

J.S – Então, discutíamos às vezes o poder normativo no âmbito das nossas discussões sindicais, alguns setores diziam: “O poder normativo é uma interferência indevida do Estado na luta dos trabalhadores, não deve existir”, outros diziam: “Realmente é uma interferência do Estado, mas é preciso notar que os instrumentos de luta dos trabalhadores, principalmente a greve, esse poder é tão restrito, principalmente antes da Constituição de 88, que termina sendo interessante para os trabalhadores que haja essa

possibilidade de que um árbitro decida a respeito das divergências ocorridas no seio da relação trabalho/capital”. Inclusive porque qualquer coisa a mais é melhor do que o que os patrões geralmente oferecem. Agora, obviamente, depois da Constituição de 88, e com a, que estabelece a liberdade, a liberdade sindical, o poder normativo passa a ser um corpo estranho dentro da liberdade sindical e da abrangência hoje do direito de greve. E hoje a discussão se limita muito mais a qual o momento correto de extinguirmos o poder normativo do Direito do Trabalho. Alguns dirão: “Tem que ser para já. É preciso que o poder normativo seja extinto para que os trabalhadores, para que haja uma livre negociação, e para que os trabalhadores possam efetivamente fazer valer o seu direito de greve. E que o acordo, ou a comissão coletiva que sair dessa, que for produzida a partir dessa luta seja realmente resultado da correlação de forças existente entre as partes”. Mas outros dizem: “Olha, há sindicatos em que essa correlação de forças no âmbito da greve pode ser bem exercida, no caso do operariado e dos setores de ponta da economia. Mas e quando falamos dos trabalhadores rurais de São Félix do Xingu, ou quando falamos dos mineiros da região do Senhor do Bonfim, onde o poder de pressão do trabalhador em uma eventual greve é extremamente reduzido? Em que o Estado também, por seus outros meios que pudessem garantir a liberdade da greve, não está presente, de maneira que a greve muitas vezes é reprimida à bala pelos patrões? Então, não seria, nesses casos, interessante a manutenção do poder normativo para que esses trabalhadores não fiquem absolutamente desprovidos de qualquer garantia adicional ao que já está prevista na lei?”. Bem, é uma questão interessante. Eu, particularmente, acho que não há dúvida no que diz respeito a extinção do poder normativo. Há de ser extinto. Agora, penso que deve ser extinto de forma gradativa, a partir do avanço do capitalismo brasileiro. Um capitalismo que admite situações de semi-escravidão ou mesmo de escravidão não comporta ainda eliminar o poder normativo da Justiça do Trabalho. Ocorre que a emenda 45 ela realmente me parece, traz uma contradição ao estabelecer que o poder normativo deverá ser exercido apenas a partir de uma solicitação das partes.

A.C – De ambas as partes.

J.S – De ambas as partes.

A.C – Esse é que é o problema, porque antes era uma delas, não é.

J.S – Exato. Então, eu acho que hoje o poder normativo da Justiça do Trabalho passa a ser na realidade um mero arbitramento. Ou seja, se as partes consentiram a existência de um árbitro, e que esse árbitro seja o Estado, através do poder Judiciário, ele se dará. Caso contrário, não vejo como. Ou seja, justamente para essas situações em que eu vislumbro o poder normativo como mais necessário, que são as situações extremas, em que o patrão sequer reconhece os direitos humanos básicos do trabalhador, eu não vejo aí como o poder normativo, que seria o direito de, inclusive, o direito do trabalhador exigir e o dever dele, empregador, como contratante da força de trabalho sentar em uma mesa de negociação, se ele não reconhece sequer isso...

A.C – Não vai reconhecer nunca.

J.S - Justiça do Trabalho como esse árbitro que vai determinar quais as condições de trabalho que devem nortear a relação.

A.C – Quer dizer, essa realmente é uma questão que a emenda colocou, não é doutor?

J.S – Exato. Eu acho que para quem defendia que o fim, e já, do poder normativo, eu acho que a emenda atende na prática a esse anseio. Para aqueles que como eu defendiam que ainda não seria o momento da extinção eu penso que...

A.C – É complicado.

J.S – ... que é complicado. [Riso]

A.C – Agora vou conversar um pouquinho com o senhor, estou preocupada com o seu tempo...

J.S – Eu vou pegar uma aguinha para a senhora e...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

A.C –Doutor, então eu queria agora conversar um pouco com o senhor sobre a sua atuação como juiz auxiliar nessa, vamos dizer, nessa atividade aqui na junta, é junta que chama?

J.S – Juízo.

A.C – Juízo, é isso mesmo.

J.S – Juizo Auxiliar de Conciliação de Precatórios.

A.C – Exatamente. Então, doutor, queria ouvi-lo.

J.S – Bem, esse Juizo Auxiliar de Conciliação de Precatórios é uma novidade na Justiça do Trabalho. Nasceu de uma preocupação do Tribunal do Trabalho na Bahia no que diz respeito aos precatórios. Precatórios, nem todo mundo...

[FINAL DA FITA 2-A]

J.S – Precatório, nem todo mundo que não é especificamente da área de Direito...

A.C – E o senhor pode ser um excelente professor, viu doutor, porque o senhor é ótimo para explicar, eu estou aqui aprendendo.

J.S – Obrigado doutora. Eu não me acho alguém que explique as coisas direitinho, mas estou tentando.

A.C – Não, muito bem, muito bem. Vamos lá aos precatórios.

J.S – Sim. Com relação aos precatórios, precatório, na verdade, é um requerimento que é feito ao presidente do tribunal para que determine ao prefeito, no caso de município, ou ao governador do estado, no caso do estado, ou mesmo ao chefe de qualquer ente público da administração direta, para que inclua no orçamento do ano seguinte o valor correspondente ao que é devido a um determinado reclamante, a um determinado autor de uma ação, em virtude de uma decisão judicial transitada e julgada. Vou dar um exemplo. Um professor da universidade, isso também é possível que ocorra no âmbito da União, por exemplo, quando se requer ao presidente da República que inclua no orçamento do ano seguinte os valores relativos a uma decisão transitada e julgada.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

A.C – Retomando doutor.

J.S – Bem, o precatório, então, o sistema do precatório é uma fórmula que o legislador brasileiro encontrou para fazer com que as execuções judiciais não interferissem no andamento do serviço público. Porque normalmente as execuções se dão por via coercitiva sobre o executado, ou seja, se alguém ajuíza uma reclamação contra uma outra pessoa, e essa outra pessoa após um processo regular e essa decisão transita em julgado, ela deve, se essa decisão se constitui em uma obrigação de dar alguma coisa, de pagar algum valor, ela é obrigada a fazer esse pagamento sobre pena de que ocorra uma penhora sobre um bem seu, e que esse bem seja levado à praça para que com o dinheiro resultante apurado dessa arrematação do bem na praça, seja satisfeito o direito do credor. Mas sabe-se que se isso fosse aplicado diretamente no âmbito estatal, no âmbito do serviço público, isso poderia conduzir a situações terríveis para a sociedade. Imagine-se, por exemplo, que sendo o Estado vencido em uma determinada ação movida por professores, e o Estado não fazendo o pagamento no momento determinado pelo juízo, fossem penhorados os bens de uma escola, e essa escola viesse à praça. Imagine o que seria terrível para a sociedade ficar, então, com uma escola a menos, com alunos sem aulas... Então, o legislador prevendo isso, disse: “Não, vamos dar a oportunidade de que o ente público”, eu quero sempre falar em município porque o nosso principal cliente aqui no Juízo de Conciliação de Precatório são os municípios.

A.C – São os municípios.

J.S – Mas na verdade, quando eu falo em precatório, eu estou querendo me referir a todos os entes públicos, sejam eles federais, estaduais ou municipais ou da administração direta ou indireta. Portanto, como funciona o sistema do precatório? Transitada e julgada uma decisão é enviada uma carta, que tecnicamente chamamos de ofício requisitório, do juiz da execução, o juiz que julgou aquele caso, para o presidente do tribunal, pedindo que o presidente do tribunal determine ao chefe do ente público que foi vencido na ação, que inclua no orçamento do ano seguinte os valores relativos àquele pagamento, ao pagamento daquela ação que foi...

A.C – Julgada.

J.S – Julgada, transitada e julgada. Ocorre que para isso, o ente público tem, normalmente, pelo menos, um ano e meio, uma vez que esse ofício do presidente do tribunal ao chefe do ente público, seja ele um presidente de estatal, seja ele...

A.C – Um prefeito.

J.S – Um prefeito ou reitor da universidade, que é o chefe da autarquia, ele deve chegar até o dia 30 de junho para ser incluído no orçamento do ano seguinte.

A.C – Que é feito no segundo semestre.

J.S – Exato, que é feito no segundo semestre. Se não chegar até o dia 30 de junho esse ofício na mão do chefe do ente público, ele só vai ser incluído no orçamento do ano próximo ao seguinte. Ou seja, considerando que se chegar hoje ao governador do estado da Bahia um ofício do presidente do Tribunal do Trabalho da Bahia determinando a inclusão no orçamento de uma determinada verba para pagamento de precatório, ela só vai, essa inclusão só vai ocorrer...

A.C – Em 2006, na verdade.

J.S – Em 2006 para o orçamento de 2007.

A.C – De 2007, é verdade.

J.S – Ou seja, com isso o ente público tem, em tese, um período de pelo menos um ano e meio para organizar as suas finanças e assim pagar suas dívidas reconhecidas em juízo.

A.C – Isso garante tanto o pagamento das dívidas quanto o bom funcionamento do serviço.

J.S – O pagamento quanto o bom funcionamento do serviço. Ocorre que infelizmente no Brasil os gestores não vêm cumprindo com essa determinação judicial de inclusão dos valores para pagamento de precatórios nos respectivos orçamentos, e quando incluem, o que é pior, não fazem pagamento. Com isso, as dívidas, sejam elas de natureza civil ou de natureza trabalhista a cargo dos entes públicos, vem se avolumando ao longo dos anos, causando situações seriíssimas, porque hoje um município com o de São Paulo deve, salvo engano, com base em uma reportagem que recentemente li, mais de 30 bilhões de reais de precatórios, o que significa que há impossibilidade total de pagamento em um prazo curto, em um prazo adequado. Isso porque foram se acumulando os precatórios ao longo de 10, 15, 20, 30 anos, como já vi ocorrer aqui no Juízo de Conciliação de Precatórios.

A.C – Ao longo do tempo.

J.S – Por outro lado, o legislador, como forma de solucionar a pendência no caso do chefe do ente público não fazer a inclusão do valor relativo ao precatório no orçamento, ou fazendo, no caso em que simplesmente nega-se a pagar, mesmo já incluído, previu duas hipóteses. A primeira, a hipótese do seqüestro. O seqüestro, a Constituição diz, pode ser feito pelo juiz presidente do tribunal a requerimento da parte quando a parte comprovar que ele foi preterido no pagamento dos precatórios. Porque os precatórios

devem ser pagos em rigorosa ordem cronológica. Um dos objetivos do precatório é também este, garantir o pagamento das pessoas na ordem em que a justiça...

A.C – Que [INAUDÍVEL], não é, no tempo, não é.

J.S – [INAUDÍVEL], no tempo, em razão do trânsito e julgado da decisão. De maneira que evite-se com isso que um gestor, no que diz respeito às dívidas do ente público privilegie...

A.C – Alguém.

J.S – Alguém, não é. Então, embora esse não tenha sido o objetivo maior do sistema de precatórios, mas estava também o legislador imbuído dessa intenção, de fazer com que o gestor público fosse obrigado a observar essa ordem, para que não houvesse favorecimentos no momento de pagar as dívidas do Estado. Ocorre que é muito comum que mesmo havendo essa vedação, alguns gestores furem essa ordem para beneficiar alguém, ou inclusive, eu tenho visto aqui, não sabia disso, mas constatei aqui no Juízo de Conciliação de Precatórios, que alguns gestores o fazem até mesmo para prejudicar o seu sucessor. Porque ao furar a ordem cronológica...

A.C – Ele abre espaço para o tal seqüestro.

J.S – Para o tal seqüestro. Então, no seqüestro é como se a execução, que antes se dava por essa via administrativa do precatório, passa a se dar agora mediante um bloqueio direto por parte do Judiciário nas contas do ente público devedor. Mas veja só, segundo a jurisprudência hoje consolidada do STF esse seqüestro só pode ocorrer exclusivamente no caso da preterição, o que não envolve todos os casos de precatórios, uma vez que apenas aquela parte que foi preterida na sua ordem cronológica. Os demais, para os demais surge, de acordo com a lei, uma outra possibilidade, uma outra hipótese, que é a da intervenção do ente público maior no ente público menor para forçar o pagamento. Isso significa que a parte pode requerer ao tribunal que solicite, que o tribunal solicite do chefe do ente público, de um ente público de hierarquia superior

àquele que é devedor, a intervenção com vistas ao pagamento específico daquele precatório. Por exemplo, se o ente devedor é um município, e esse município não paga o precatório, a parte poderá requerer do governador, a parte poderá requerer da justiça que determine ao governador do estado a realização de uma intervenção naquele município com vistas a fazer o pagamento. Esse meio, além de ser extremamente moroso, porque na verdade depende de um outro processo, na realidade é aberto um processo de intervenção, no qual cabe a defesa do ente público e todo um ciclo processual que pode inclusive levar esse processo de intervenção até o supremo. E depois ainda vai para o governador do estado, em se tratando de município, mas pode ser o presidente da República quando o devedor é o estado...

A.C – Certo.

J.S – Que não tem prazo para realizar essa intervenção.

A.C – Ai é que entra essa dinâmica da conciliação, doutor, para evitar essa coisa tão longa...

J.S – Exato. Então, como nasce aqui esse Juízo de Precatórios? Um colega nosso chamado Firmo, Firmo Leal, verificou que a situação dos precatórios era uma situação que, especificamente em se tratando aqui de Justiça do Trabalho na Bahia, que depunha inclusive contra a boa imagem do Judiciário trabalhista. Era, vivíamos uma situação em que muitos reclamantes vinham ao juiz, já com uma sentença transitada e julgada, e perguntavam: “Doutor, eu ajuizei uma reclamação, o processo durou dez anos, foi julgado na primeira instância, na segunda, foi ao TST, eventualmente até o Supremo, tenho aqui em mãos essa decisão transitada e julgada, e há 20 anos que transitou e julgada e não vejo a efetividade do meu direito, a concretização do que eu postulei”. E o juiz, mais uma vez, em uma outra situação diz: “Não posso, infelizmente, fazer nada, porque isso não está mais na minha esfera de competência. Isso vai depender de um outro processo, que é o processo de intervenção, que é um processo demorado, e que ainda por cima em seu momento final ganha uma natureza política porque o administrador público que deve intervir não tem nem sequer prazo para o fazer, ele pode

fazer quando bem julgar interessante fazê-lo ou nunca fazê-lo”. De maneira que Firmo verificando essa situação disse: “Não, nós podemos buscar uma outra solução. Inclusive eu ouvi dizer que em Minas Gerais já se faz algo parecido”. E Firmo fez essa pesquisa muito profunda a respeito do tema e propôs ao Tribunal do Trabalho da Bahia uma experiência, que era a criação desse Juízo de Conciliação de Precatórios. Ele disse: “A natureza, um dos princípios, um dos pilares do Direito do Trabalho é o da conciliação. Nós temos uma vasta experiência nesse campo de buscar a conciliação das partes. Por que não tentá-la também quando se trata de precatórios, no que diz respeito ao ente público?”. E o Tribunal do Trabalho, na época a Dra. Dolores era a presidente, resolveu apostar na idéia e criou esse Juízo de Precatórios. Inclusive movido também por situações prementes. Por exemplo, em virtude de seqüestros ocorridos nos municípios de Ilhéus e Itabuna, essas administrações estavam paralisadas, ou seja, os municípios sem dinheiro, os funcionários públicos em greve, sem receber salários há dois, três meses, os prefeitos em Brasília, em Salvador, aqui, junto ao governo do estado, os jornais dando amplo destaque a esse fato, como é que a Justiça do Trabalho deixa cidades do porte de Itabuna e...

A.C – E Ilhéus.

J.S– ... Ilhéus sem serviço médico, sem serviço de saúde, sem serviço educação. Ou seja, nós também, a Justiça do Trabalho foi colocada também contra a parede. Ou seja, embora estivesse apenas cumprindo com o seu dever de nesses casos efetuar o seqüestro para pagamento daqueles que foram preteridos, mas criou o caos social. E era preciso buscar também...

A.C – Instrumentos para enfrentar essa...

J.S – Instrumentos para enfrentar essa nova situação. Daí que devido talvez a esse momento o tribunal tenha feito essa aposta na sugestão e na idéia de Firmo, e criado esse Juízo de Precatórios. O fato é que logo nos primeiros meses o problema de Itabuna e de Ilhéus foi resolvido mediante conciliação. Ou seja, se estabeleceu um cronograma de pagamentos parcelados, de maneira que tanto os reclamantes passaram a ter a certeza

do seu pagamento, inclusive porque o bloqueio é feito pelo próprio juiz da Conciliação de Precatórios, não há como...

A.C – Não ocorrer.

J.S – Não ocorrer.

A.C – Entendi.

J.S – E por outro lado, a administração pôde voltar a funcionar.

A.C – Inclusive pagando aos funcionários.

J.S – Aos funcionários. Ou seja, mostrou-se uma solução viável para o problema.

A.C – E o senhor está aqui a quanto tempo?

J.S – Bem, a criação do Juízo de Precatórios se deu em finais do ano 2002, Firmo ficou aqui como titular do Precatório, como juiz auxiliar do Precatório até final do ano de 2004.

A.C – E aí o senhor vem.

J.S – É, eu vim, eu cheguei aqui em outubro de 2004. Então, estou a pouco mais de um ano aqui no Juízo de Conciliação de Precatórios, com o objetivo inicial de não deixar a peteca cair, porque Firmo vinha fazendo um trabalho excelente, havia conseguido já a conciliação de mais de 200 municípios quando eu cheguei aqui. Desses 200 municípios tem uns, talvez 380 a 390 com dívidas trabalhistas, de maneira que a minha missão aqui seria conciliar os demais municípios baianos no que diz respeito aos precatórios e o estado da Bahia, que também é um grande devedor de precatórios, mas que ainda não, até o momento ainda não foi possível fazer essa conciliação.

A.C – Mas a idéia é manter o Juízo então, não é?

J.S – Não, a idéia, o Juízo de Precatórios veio para ficar.

A.C – Veio para ficar.

J.S – Agora, a necessidade de um juiz auxiliar em tempo integral é que essa eu acredito que seja momentânea. É uma necessidade até que...

A.C – Esse volume, não é.

J.S – Esse volume seja reduzido a um patamar mínimo e que dentro desse patamar mínimo o tribunal poderá designar mensalmente um juiz para passar, talvez, uma semana aqui no Juízo de Precatórios uma ou duas semanas fazendo as conciliações. E no que diz respeito à parte administrativa, isso nós temos um corpo de funcionários excelente, muito bem treinado e que pode tranquilamente levar adiante isso.

A.C – Olha, eu torço para que isso aconteça, porque se for necessário apenas um juiz parcialmente significa efetivamente que um conjunto imenso de questões que envolve uma massa grande de pessoas, quer dizer, o tipo de questão que a Justiça do Trabalho está interessada em resolver, envolvendo direito coletivo mesmo, de muita gente, de uma tacada só, não é, significa que isso vai ter diminuído muito. Então, eu acho que vai ser uma grande vitória do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia.

J.S – É, em termos estatísticos, só para que a senhora tenha uma idéia, quando criado esse Juízo de Conciliação de Precatórios, nós tínhamos aqui uma massa de 20 mil precatórios vencidos e não pagos. Alguns com 10, 15, 20 anos. Há casos extremos de 20 e tantos anos. E que hoje estão reduzidos a menos de 10 mil precatórios, sendo que desses 10 mil uma boa porção, mais de um terço já está conciliado. Ou seja, mais dia, menos dia, os respectivos credores serão pagos. Já não é mais um problema. Ou seja, nós estamos hoje, efetivamente, com menos de sete mil precatórios para conciliar.

A.C – E as pessoas vem aqui, doutor, para a conciliação, o senhor chama e as...

J.S – Essa conciliação, isso foi uma idéia de Firmo, também excelente, ela é feita de forma global para cada ente público. O sistema adotado em Minas Gerais, não sei se ainda é hoje dessa maneira, mas era feito, pelo o que eu soube, mediante audiências individuais relativas a cada um dos precatórios, o que no nosso caso, onde tínhamos um número enormes de precatórios, levaria muito tempo.

A.C – Muito tempo.

J.S – Aí Firmo disse: “Não, vamos tentar fazer isso de forma conjunta e talvez seja até mais fácil fazer”. Porque fazendo de forma global para cada ente público, o chefe do ente público, seja o prefeito, seja o diretor presidente do órgão, da autarquia ou da empresa pública, ele vai ter uma idéia da dimensão do geral.

A.C – E aí do ganho que ele também tem em conciliar.

J.S – Em conciliar, exato. Então, as audiências, para as audiências nós notificamos, com relação a cada um dos entes públicos, todos os interessados, seja o município, sejam todos os reclamantes. Agora, normalmente para as audiências, como as partes têm, possuem advogados nos autos, os próprios advogados é que comparecem. Não obstante, há vários casos em que o próprio reclamante comparece ou vem acompanhando o advogado. Às vezes o advogado, como sabe que se trata de uma negociação, prefere a presença do próprio reclamante para que depois não se diga que houve...

A.C – Que ele fez alguma coisa que não devia ter feito, etc.

J.S – O fato é que essa salinha aqui muitas vezes se torna pequena.

A.C – Está cheia.

J.S – Houve recentemente a audiência de Camaçari que foi um terror, porque havia mais gente do lado de fora do que dentro da sala.

A.C – O senhor está satisfeito com o trabalho que está fazendo aqui?

J.S – Ah, bastante satisfeito. Um outro dado relevante é que agora em dezembro nós completaremos a transferência de 100 milhões de reais em conciliações que fizemos aqui. De 300 milhões que já conciliamos, ou seja, 100 milhões já estão no bolso dos respectivos jurisdicionados.

A.C – Eu vejo como uma coisa estratégica mesmo, porque eu tenho ouvido de que um, vamos dizer assim, um calcanhar de Aquiles da Justiça do Trabalho, mas não só, é a questão da execução, não é.

J.S – Isso é verdade.

A.C – E aí, nesse sentido, esse Juízo de Conciliação ele tem uma forma, vamos dizer, de efetivamente providenciar execuções, pagamentos, conciliando...

J.S – No que diz respeito aos entes públicos.

A.C – No que diz respeito aos entes públicos, que são grandes devedores.

J.S – Que são grandes devedores.

A.C – Talvez os maiores, não sei. Mas dos maiores, vamos dizer.

J.S – Em termos de números eu não sei, em termos de volume de processos, eu creio que na Justiça do Trabalho as ações contra particulares alcancem um número muito maior. Agora, em termos de valores realmente é bastante expressivo.

A.C – Isso que eu queria dizer, quer dizer, são grandes devedores no sentido do volume do que eles devem.

J.S – Isso com certeza.

A.C – Bom doutor, eu vou agradecer muitíssimo ao senhor a entrevista que o senhor deu, nós já estamos aqui a praticamente duas horas, o tempo corre...

J.S – O tempo voou.

A.C – Que bom, é sinal que não foi pesada a entrevista. E queria então abrir aqui para o senhor concluir dizendo o que o senhor quisesse, enfim, foi um prazer conversar com o senhor.

J.S – Eu também digo o mesmo, foi um prazer conversar com a senhora, poder passar essas informações, essas poucas informações que eu detinha a respeito da minha área de trabalho. E dizer que sou um entusiasta da Justiça do Trabalho, eu acho que com os limites que o exercício de qualquer função pública na ordem que vivemos estabelece, mas eu acho que sempre há aquele espaço de liberdade individual em que a gente pode fazer algo diferente, algo novo e fazer com que a sociedade avance, que as relações sociais se tornem mais democráticas e, no nosso caso específico, que possamos colaborar para que a dignidade humana no que tange aos trabalhadores seja efetivamente recuperada.

A.C – Nós três, professoras envolvidas nessa pesquisa, também acreditamos nisso, doutor, e estamos contentes de estar podendo fazer essa pesquisa e contando com a colaboração dos magistrados. Então, mais uma vez, o meu muito obrigada ao senhor.

J.S – Obrigado também, doutora.

[FINAL DO DEPOIMENTO]